

Vera M. PALLAMIN

**FLORENÇA: CENTRO HISTÓRICO E
DESENVOLVIMENTO URBANO**
Estudo sobre o período 1945-1995

ARTÍCULOS

RESUMEN

Investigación de post-doctorado realizada en el "Laboratorio Multimediale - Dipartimento di Urbanistica e Pianificazione del Territorio, Università degli Studi di Firenze", de septiembre 1994 a julio 1995. Trata del estudio de iniciativas y políticas relacionadas con el Centro Histórico y estética urbana en Florencia, después de la Segunda Guerra Mundial. El estudio fue realizado en lenguaje multimedia ('Toolbook'), cuyo contenido está organizado en "books", representando las distintas décadas.

El estudio es parte de una investigación titulada "Arte Urbana: paysage, percepción y proyecto" tomando las ciudades de São Paulo (Brasil), San Francisco (USA) e Firenze (Italia), como casos para estudio, en el período 1945-1994.

PALABRAS CLAVE:

CENTROS HISTÓRICOS, ESTÉTICA URBANA, ARTE URBANO.

ABSTRACT

Pós-doctoral research conducted in the 'Laboratorio Multimediale' - Dipartimento di Urbanistica e Pianificazione del Territorio, Università degli Studi di Firenze', from september of 1994 to july of 1995. The study of initiatives and policies associated with the Historic Center and urban aesthetics are considered in relation with the main contemporary urban changes of Florence, after the Second War. The study was made using a multimedia software (Toolbook) and its content was organized in 'books' by decades.

This study is part of a research entitled «Urban Art: landscape, perception and design», focusing the cities of San Francisco (California, USA), Florence and San Paolo, from 1945 to 1994.

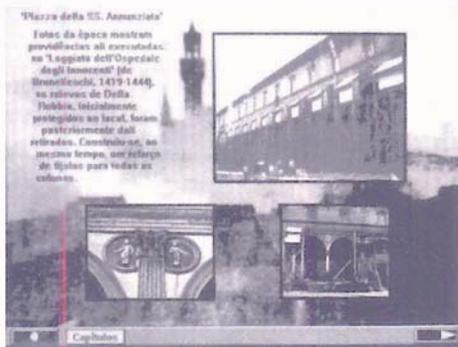


INTRODUÇÃO

Enfatizam-se as iniciativas de tratamento do patrimônio arquitetônico-artístico do Centro Histórico de Florença, associando-se-as às principais transformações urbanas contemporâneas da cidade. Em síntese, destacam-se suas principais fases, conforme segue:

Segunda Guerra - Reconstrução

Durante a Segunda Guerra Mundial a proteção do seu excepcional patrimônio arquitetônico e artístico foi uma das questões cruciais para Florença. Aliando-se a uma política que evitasse uma destruição maciça do Centro Histórico, procedeu-se, num primeiro momento, à salvaguarda das obras 'in loco', quando ainda se considerava remota a possibilidade de um ataque à cidade.



Com o desenrolar do conflito, contudo, mudou-se tal política, retirando-se –na medida do possível– as obras de arte da cidade, em direção a postos mais distantes e menos visados.

Após o ataque a postos estratégicos ligados 'energia, comunicações e transportes, os alemães bombardearam todas as pontes do Rio Arno, com exceção da 'Ponte Vecchio', cuja 'isenção' foi compensada pela destruição de seu entorno (Foto 5: áreas demarcadas).



Com o final da guerra iniciou-se em Florença um debate, amplamente publicado, sobre o modo de reconstrução das áreas atingidas. Nesta polêmica –e sobretudo em relação ao Centro Histórico– figuravam, basicamente, duas posições: uma defendia a reconstrução –tão próxima quanto possível– do patrimônio destruído, «como era e onde era»; a outra, evitando a realização de uma arquitetura que fosse cópia do antigo, defendia a construção de edificações simples e em 'estilo toscano'.

Silenciadas durante os anos do período fascista, as iniciativas sociais e culturais encontravam, na pós-guerra, uma atmosfera política receptiva à sua expressão, na qual conclamava-se a ampla participação dos cidadãos neste processo de reconstrução das áreas atingidas. No que concerne à arquitetura, considerou-se a opção por concursos como sendo a

mais idônea, organizando-se-os, individualmente, para as pontes e para o Centro Histórico.

A ausência de diretrizes urbanas específicas em relação ao Centro Histórico, incluindo-se um aparato jurídico-financeiro adequado à sua reestruturação, foi determinante na deterioração dos resultados do concurso para sua reconstrução, aberto em 1946. A condução das obras e a retomada do Centro Histórico, em seus aspectos urbanos e artísticos, não foram encaminhadas pela administração pública de modo a colocá-los em relação a estratégias de desenvolvimento de Florença –tomada em termos mais amplos– embora estivessem necessariamente vinculados.

Como resultado deste concurso, cinco projetos foram vencedores em primeiro lugar. Em seguida foram reelaborados numa única proposta, a qual foi aprovada pelo 'Comune' (Prefeitura) de Florença, em 1947, mas apenas parcialmente aprovada pelo 'Conselho Comunal' em 1948, por desacordos políticos. Na prática, seus resultados foram diluídos, inclusive por dificuldades de ordem econômica para a realização do projeto. A administração pública responsabilizou-se pelas áreas de equipamentos coletivos do Centro Histórico, deixando aos proprietários a reconstrução no interior dos lotes. Houve um controle dos órgãos estatais apenas em relação às fachadas dos edifícios, buscando-se um apelo estilístico à 'fiorentinidade'. Os volumes construídos foram maiores que aqueles destruídos.

Originalmente, as propostas deste plano para o Centro Histórico «procuravam reconstruir e criar espaços públicos conectando o rio com as colinas as sul e o 'Giardino de Boboli'. Desviava-se tanto da reproposição 'das antigas formas' como da adesão estilística do 'anonimato toscano'. Infelizmente os resultados não foram bem sucedidos. A reconstrução do 'Borgo San Jacopo' e dos 'Lungarni' é considerada como uma maciça especulação, recoberta por

uma superficial imitação do estilo mais antigo, preenchendo todo o espaço disponível» (M. Massa).

Concomitantemente ao concurso para a área de entorno da 'Ponte Vecchio' foram abertos outros para a reconstrução das pontes:

- . 'Ponte alla Vittoria', em 1945;
- . 'Ponte alla Carraia', em 1946-48
- . 'Ponte S. Niccolò', em 1946
- . 'Ponte alle Grazie', em 1946

A 'Ponte S. Trinita', considerada uma obra-prima de arte urbana, foi reconstruída 'onde era e como era', efetivando-se numa das mais destacadas obras do restauro italiano nesse período.



O final da década de 1940 e o início dos anos 1950 foram marcados, na Itália, por grande atividade no setor da construção e planejamento, com várias cidades abrindo concursos para a redação de seus planos diretores, tais como Milão, Roma, Turim. Estas iniciativas, em termos legais, foram consequência da 'lei urbanística' italiana, oficializada em 1942, na qual articulou-se um sistema de planos hierarquicamente dependentes:

'Planos Territoriais de Coordenação'

- a cujas diretrizes devem se alinhar os 'Planos Reguladores' intercomunais e comunais;

'Planos Reguladores Intercomunais'

- sistematizando urbanisticamente grupos de Comunes com particulares características de desenvolvimento;

'Plano Regulador Geral'(PRG)

- obrigatório aos Comunes, tratando de suas diretrizes de implantação e desenvolvimento;

'Planos Particularizados'

- nos quais são especificadas as diretrizes a porções restritas e limitadas dos Comunes indicados pelo Estado. Sua aprovação depende da autoridade comunal e da autoridade estatal / ministerial.

Embora então recente, esta lei foi acantoadada no imediato pós-guerra, tendo sido suas exigências consideradas como incompatíveis com as medidas emergenciais da situação italiana. Foi substituída por 'Normas Especiais sobre Reconstrução', com duração de dez anos (prorrogados), atinentes a obras de demolição, reparo, reconstrução e novas edifi-

cações. Esta flexibilização legal, contudo, foi permissiva à especulação imobiliária, o que em Florença fez-se evidente na reconstrução do Centro Histórico.

Os estudos para o PRG de Florença foram iniciados em 1949, tendo entre seus participantes Edoardo Detti, uma das figuras proeminentes do urbanismo fiorentino após a Segunda Guerra. Na década de 1950 iniciou-se uma expansão urbana tipo *mancha de óleo*, isto é, espalhando-se em múltiplas direções e gravitando em torno do Centro Histórico. Nesta região antiga da cidade, já nesta época, muito pouco podia ser construído, a fim de manter sua paisagem urbana. Nos anos cinquenta, contudo, iniciou-se um processo de condensação desta região central como núcleo comercial e administrativo, cujas atividades se sobrepueram –frequentemente em condições críticas– àquelas artesanais e residenciais mais tradicionais.



A revisão desta situação do Centro Histórico, em conjunto com os demais problemas urbanos então presentes, estava associada a uma tomada de posição quanto ao crescimento da cidade como um todo, a qual foi apresentada no PRG de 1951. Este PRG caracterizou-se como um 'programa' de desenvolvimento, a ser detalhado –a nível executivo– em 'Planos Particularizados'. Nele propunha-se um descentramento do núcleo funcional em relação àquele histórico, sugerindo-se um programa de restauro urbano, incluindo-se

operações de saneamento de bairros e ruas. Em princípio tal possibilidade seria viabilizada pelo bloqueio à expansão urbana concêntrica e redirecionamento do desenvolvimento de Florença –industrial e residencial– em direção linear no sentido de Prato (a noroeste). Este plano promovia uma concepção intercomunal de desenvolvimento urbano, abarcando Prato, Sesto Fiorentino, Fiesole, Bagno a Ripoli e Scandicci. Praticamente bloqueada em três lados pelas colinas –as quais procurava-se proteger da invasão edilícia– a direção oeste / noroeste foi aquela incentivada neste PRG.

A introdução deste novo modelo, assumindo uma dimensão territorial, estava então ligada à expansão do setor industrial e ao desenvolvimento econômico e produtivo da cidade. Florença, nesta época, presenciava um movimento de êxodo rural em busca de trabalho na cidade -o que agravava a demanda por alojamentos. Em conjunto com o fomento do setor industrial, o interesse da administração pública voltou-se para a construção de moradias operárias, sediando-as em pontos marginais e desequipados. Um destes núcleos –'Isolotto' (1500 apartamentos)- foi inaugurado como sendo uma 'cidade satélite' de Florença, em 1954. Demantelou-se, nesta prática, muitas das indicações do PRG/51.

Associada a esta desconsideração por parte da gestão administrativa da cidade, este plano, embora tenha sido aprovado pelo 'Conselho Comunal', foi rejeitado a nível ministerial, em 1953, anulando-o por ser excessivamente programático e não demonstrar os requisitos de um 'Plano Regulador'. Sem contar com a oficialização de diretrizes urbanas (sendo que o último plano em vigor datava de 1924), a administração prosseguia em sua linha política: em 1956 foi publicado o projeto 'Sorgone', um bairro de habitação popular sediado a leste da cidade e com edificações colinares. Este polêmico projeto, para 12 mil

habitantes, foi acentuadamente criticado na imprensa por profissionais e entidades locais, incluindo-se a, então atuante, '*Liga para a Defesa Estética de Florença*' e a '*Comissão para a Tutela das Belezas Naturais*'. Estas controvérsias resultaram num acentuado corte dimensional deste projeto, incluindo-se a eliminação das suas edificações colinares.

Em 1958, período em que a construção habitacional continuava em ritmo intensivo nas zonas periféricas da cidade –dando prosseguimento à sua extensão tipo *mancha de óleo* e presenciando um fluxo migratório crescente– foi apresentado o estudo de um novo PRG. Neste plano a intenção de descentramento das funções não compatíveis com o Centro Histórico convergia para a criação de uma área denominada como 'Porto Comercial', a ser implantada em 'Peretola' (área próxima do aeroporto), a funcionar como um grande local de estoque, distribuição e comércio atacadista de Florença. Reafirmava-se, neste plano, o posicionamento da área industrial a oeste, programando-se um eixo de transporte leste-oeste, o qual aliviaria a intensidade do tráfego no Centro Histórico. Baseado numa previsão demográfica de 900 mil habitantes (população residente em 1951: 390 mil; em 1961: 458 mil), este Plano propunha a liberação de edificações nas colinas (4 por hectare) e altos índices de construção em zonas não colinares. O Centro Histórico era nele regulado por lei de salvaguarda (de âmbito nacional), sem normas particularizadas. Em 1960 este plano foi rejeitado a nível ministerial, por excesso de previsões –sobretudo demográficas– as quais foram consideradas incompatíveis com a realidade urbana de Florença.

Em termos amplos esta década caracterizou-se pela cidade radiocêntrica. A congestão terciária do Centro Histórico foi mantida e reconfirmada no desenvolvimento da cidade neste período. Do ponto de vista econômico, o fim da

década de 1950 foi marcado por uma crise, iniciando-se um processo de retomada da economia de pequenos negócios e 'laboratórios artesanais'.¹ No que se refere ao controle sobre a qualidade estética de Florença cabe ressaltar, neste período, a salvaguarda das colinas. Grande parte desta iniciativa, assim como o incentivo à tutela das características ambientais da cidade e de seu patrimônio arquitetônico, foram fomentadas a nível ministerial, com base nas leis de '**Proteção das Belezas Naturais**' e '**Tutela das Coisas de Interesse Artístico e Histórico**', ambas decretadas em 1939 (durante o período fascista). Através destas leis confiava-se ao Estado a salvaguarda do patrimônio histórico-artístico, incluindo-se aquele de caráter paisagístico. A aplicação destas disposições legais era independente das diretrizes dos Planos Reguladores Comuns e Regionais, tornando necessária a realização de um Plano Paisagístico em conjunto com aquele Regulador (o que não foi feito). Por volta de 1952, e a partir de tais bases legais, a ação ministerial instaurou uma política de contenção à atividade edificatória em Florença, vinculando suas permissões a critérios de respeito a visuais, percursos e perspectivas panorâmicas. Esta política investiu gradualmente as colinas e a preservação da faixa de arquitetura oitocentista da cidade (vizinha às grandes avenidas).

O PLANO DIRETOR DE 1962

No início da década de 1960 ocorria, no panorama geral do país, um movimento –já iniciado na década anterior– de migração do campo em direção às áreas industrializadas.

Uma grande atividade no setor da construção e concorrência dos produtos italianos no mercado europeu eram fortes polos de atração no mercado de trabalho.

Na década de 1950 houve, em Florença, um reforço do setor terciário, acompanhado de uma expansão urbana não regulada por um PRG. Como resultado das eleições do ano de 1960 formou-se uma junta política de centro-esquerda para o governo da cidade, na qual Edoardo Detti assumiu a responsabilidade pela 'Assessoria ao Urbanismo'. Foi realizado o PRG/62 (batizado como 'Plano Detti'), no qual buscava-se trabalhar um programa de mudanças estruturais para o desenvolvimento da cidade.

Neste plano retomaram-se certos aspectos do PRG/51, aprofundando-se a interpretação linear da expansão de Florença em direção a Prato e Pistoia (a noroeste da cidade), em contraposição àquela orgânica tipo *mancha de óleo* então em vigor. Porém, diversamente da década anterior, deparava-se, neste momento, com consistentes núcleos de residência em espaços da periferia, para os quais buscou-se uma reorientação de seu desenvolvimento.

No que se refere ao Centro Histórico-Artístico evitou-se, por um lado, a permissividade implícita no PRG/58, considerando-se as críticas ministeriais feitas àquele plano sob este aspecto. Atentou-se também às suas indicações no sentido de dar relevo a normas de saneamento para o Centro e veto às demolições, a serem permitidas apenas para acréscimos

1/ Mariela Zoppi. *Firenze e l'Urbanistica: la Ricerca del Piano*.

às edificações originais. Por outro lado, o PRG/62 refletia em suas diretrizes o debate sobre Centros Histórico-Artísticos então ocorrendo a nível nacional.

Neste debate recomendava-se a conservação não de monumentos isolados, mas do tecido antigo de construções, ampliando-se as implicações dos programas de conservação significativamente. Destacou-se, neste sentido, o 'Encontro de Gubbio' realizado em 1960 e voltado para o tema da 'Salvaguarda e Resaneamento dos Centros Histórico-Artísticos'. Nele desenvolveu-se a diretriz de 'restauro conservador', a qual foi formulada como proposta de lei em 1962. Esta diretriz opunha-se à demolição de edifícios tidos como 'não importantes' do Centro Histórico, à cópia de estilos e à inserção de novas construções no tecido antigo.

Para a desobstrução do Centro Histórico concorriam suas conexões com as outras propostas do plano, dentre as quais:

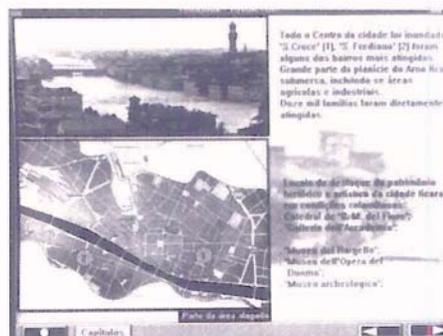
- direcionar o crescimento de Florença na planície, orientando-o para a ligação Prato-Pistóia;
- criação do 'Porto', polo comercial a noroeste (a 4km do Centro Histórico),
- construção de um eixo equipado e de transporte leste-oeste em áreas delimitadas pela linha ferroviária, a qual seria afastada para o pé da colina de 'Fiesole' (a norte);
- mudança do aeroporto de 'Peretola' para 'Lecore', liberando a planície na direção noroeste e abrindo espaço para um parque territorial;
- previsões de construção pública de residências;
- organização de serviços públicos em várias escalas;
- contenção da especulação imobiliária.

Considerado como um dos planos mais significativos realizados na década de 1960 em toda a Itália, este PRG foi aprovado no ano seguinte e publicado oficialmente em 1967. Entretanto, 1963 que, em princípio, seria o primeiro ano do

governo da cidade a operar com este instrumento urbanístico legalizado marcou, contrariamente, o início do seu processo de exaurimento. A efetivação do PRG/62 dependia de mudanças na estrutura administrativa da cidade e de subsídios legais, os quais não foram prontificados pelo cenário da política urbana em curso. Neste cenário atuavam vários setores de oposição ao sucesso desta política de centro-esquerda (cuja gestão finalizou-se em 1964).



Em 1966 este processo de desestabilização do PRG/62 foi acelerado por um desastre de proporções imensas para a cidade: grande parte de seu território foi inundado pelo Rio Arno, cujo nível das águas subiu a onze metros, marcando sua quarta enchente neste milênio.



Com a baixa das águas evidenciou-se a dimensão do desastre, o qual teve repercussão internacional. Iniciou-se

um monumental trabalho de recuperação urbana, cuja administração contou com o auxílio do exército, comitês espontâneos, voluntários e recursos locais, nacionais e estrangeiros. Os danos causados à estrutura da cidade – escolas, hospitais, etc.– e ao seu patrimônio histórico-artístico foi considerado superior àquele sofrido em tempos bélicos.

Este evento da inundação urbana, para além de suas consequências físico-materiais, provocou significativas mudanças de caráter econômico e social em Florença. Em 1966 o PRG/62 encontrava-se enfraquecido sem que seus programas tivessem sido ativados. Grupos políticos e empresariais –agregando desavenças com este plano já em curso nos anos anteriores– fomentaram, após a enchente, um movimento de ‘relançar Florença’ comercial, artesanal e industrialmente. Segundo M. Zoppi, «este momento marcou, para o Centro Histórico, o início da perda do clássico binômio arte-cultura do qual o pequeno negócio artesanal e a universidade eram característicos». Fomentou-se a passagem para a relação empresa-artesanato-comércio-turismo de massa e a transformação, no Centro, da ‘bottega’ em ‘boutique’. A cidade passou a empenhar-se em ‘promover as vendas’, adensando suas atividades terciárias e de turismo. Estas mudanças, contudo, envolveram apenas alguns setores econômicos da sociedade florentina.² O final da década foi marcado por reivindicações populares em relação à carência de serviços e equipamentos públicos e aos altos preços das habitações.

2/ Mariela Zoppi. *Ibidem*.

Paolo Sica, avaliando a situação urbana geral de Florença no período pós-enchente foi contundente: «é de questionar-se, enfim, de modo *oportuno* e *inoportuno* se às formas da reconstrução pós-bélica e daquela pós-inundação –depois dos episódios de solidariedade unânimes e por fim heróica que foram produzidos– não seja de imputar ao menos em parte à institucionalização de modo sempre mais pervasivo de uma ‘tendência’ sutilmente perversa...As rupturas e os danos pontuais dos momentos de emergência reenviam –em virtude de sua simetria da qual é difícil subtrair-me– à degradação surda e contínua que se vai agravando nos tempos desenvolvidos, da comum administração: a exaustão progressiva das estruturas do Centro Histórico, a seleção e radicalização das funções de maior lucro por metro quadrado, o desfrute intensivo do espaço, o consumo rápido que faz o turismo de massa organizado...e também a perda da residual qualidade da periferia, o plano sempre mais pesado e invasivo do tráfego ao desfrute do espaço urbano, a anarquia já interiorizada do comportamento. E ainda a falta de *qualidade projetual* e da capacidade de avanço que também em outros tempos foi uma característica singular de Florença».³

Em relação à preservação do Centro Histórico, desde o período da reconstrução pós-guerra até o final da década de 1960, nenhum critério mais aprofundado de intervenção foi promovido em relação à sua diversidade e complexidade que não fosse aquele genérico da sua salvaguarda. A nível pontual, cabe apontar que nesta época foi realizado o primei-

3/ In: *Firenze: la questione urbanistica. Scritti e contributi 1945-1975*.

ro experimento de fechamento de uma pequena área ao tráfego, tornando-a de uso exclusivo para pedestres.

O PROCESSO DE GENTRIFICAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO

O final de década de sessenta é tido como um ponto de mudança entre duas épocas. O período desde os anos cinquenta até meados dos anos sessenta foi caracterizado por um 'boom' econômico fomentando mudanças radicais para o país, tais como sua modernização e incremento de sua industrialização. Os anos setenta, precedidos pelas revoltas estudantis e operárias de 1968, é tido, comparativamente com estes anos anteriores, como um período menos impetuoso, em termos econômicos e políticos, influenciado pela primeira grande recessão internacional após a Segunda Guerra. Na Itália os protestos operários –pondo em causa questões de habitação e trabalho (chamado 'outono quente', de 1968)– foram mais fortes que aqueles estudantis. Os anos setenta foram marcados por uma onda de greves e lutas por direitos civis.

Em Florença, a inundação de 1966 marcou um momento de transformação para o Centro Histórico, em vários níveis. A partir deste fato intensificou-se um processo de gentrificação nesta área da cidade, isto é, um processo de investimento e valorização do solo urbano provocando a expulsão da população de baixa renda do local. Dentre os aspectos facilitadores deste movimento destacou-se a possibilidade da compra a preços 'em baixa' de imóveis ou pequenos negó-

cios, devido aos danos que lhes foram causados pela inundação (os quais provocaram situações de impasse para diversos pequenos proprietários). Estes espaços foram progressivamente transformados em locais de lojas e escritórios de luxo, construindo parte da estética urbana que ali vigora atualmente. Incrementou-se, neste processo, a expulsão –para os subúrbios– de funções residenciais ali existentes e usos conexos à sua vida cotidiana, fomentando-se, em seu lugar, atividades de comércio e de turismo: lojas de 'grife', de joalherias, bancos, escritórios, pizzarias, cafés, postos de câmbio de moedas, etc. O movimento de terciarização do Centro, já presente nas décadas anteriores, foi radicalizado.

Novas iniciativas ocorreram, nos anos setenta, no âmbito do debate e legislação sobre os Centros Históricos e sua preservação.

Numa síntese retrospectiva,⁴ o ponto de partida para a questão do restauro foi a 'Carta de Atenas' (1933). A esta seguiram-se as leis de 1939, mencionadas anteriormente:

- na qual organizou-se um instrumento passivo de vínculos voltado, predominantemente, para obras singularizadas;
- e n.1437: onde há uma abordagem não da obra individualizada, mas sim em relação ao seu conjunto.

No pós-guerra, com os 'Planos de Reconstrução', efetivou-se

4/ In: *Paesaggio Urbano*, no. 2'93.

apenas o limitado critério dos alinhamentos das fachadas. A noção de 'resaneamento conservador', atuante até hoje, foi apresentada no 'Encontro de Gubbio', no início dos anos sessenta. A década de 1970 marcou-se pela 'Segunda Carta Italiana do Restauro' (1972), identificando-se, em relação ao Centro Histórico, os vários tipos de ação de recuperação: restauro, resaneamento, reestruturação,⁵ manutenção. Houve, neste documento, um delineamento dos Centros Históricos como bens econômicos e não exclusivamente como bens histórico-culturais. Em 1977 aprovou-se lei sobre alojamento temporário para as famílias deslocadas para a efetivação do resaneamento. Introduziu-se o conceito de manutenção da população nos locais resaneados (contrário à prática em ação).

Em 1978 foram introduzidos os 'Planos de Recuperação', prevendo a individuação das zonas de recuperação, dos imóveis e conjuntos edifícios e sua disciplina de atuação. Esta disciplina estendeu-se também à edificação privada.

Em 1985 estes Planos foram retomados numa nova lei cujas previsões de recuperação buscavam superar a ligação entre 'recuperação/degradação/Centro Histórico', objetivando-se considerar globalmente o fenômeno da degradação urbana. Acentuou-se uma tentativa de superação do contraste Centro Histórico-periferia visando-se uma requalificação urbana de caráter mais abrangente. A impostação sobre 'conservação' foi substituída pela 'intervenção de revitalização'.

5/ De acordo com as 'Normas Técnicas' do PRG/93 '*Resaneamento Conservador*' refere-se a intervenções voltadas para a conservação do edifício «mediante um conjunto sistemático de obras de modo que, sobre a base de uma análise histórico-crítica e no respeito aos elementos tipológicos, formais e estruturais do organismo, consistam destinações de uso com estas compatíveis. Tais intervenções compreendem a consolidação, reativação e renovação dos elementos constitutivos do edifício, inserção de elementos acessórios e implantações requisitados por exigências de uso, e a eliminação de elementos estranhos ao edifício». *Restauro* refere-se a «um conjunto sistemáti-

Do ponto de vista ocupacional Florença destacava-se, nos anos setenta, como uma das cidades mais terciarizadas da Itália, e em tendência crescente. Setenta por cento de suas atividades eram desenvolvidas neste setor. Nas décadas de sessenta e setenta houve uma significativa ampliação territorial da cidade, ao mesmo tempo em que ocorreu um movimento de saída de indústrias em direção aos 'Comunes' vizinhos –dirigindo-se para lugares mais amplos e em condições mais favoráveis– provocando uma realocação de unidades produtivas.

Um dos relevantes momentos deste debate sobre o Centro Histórico, nos anos setenta, ocorreu por ocasião de um concurso (1971) para o projeto de sistematização da Universidade (situada, tradicionalmente, em locais diversos do Centro e então abrigando cerca de 30 mil alunos) para uma região entre 'Sesto Fiorentino' e Florença (indicada no PRG/62). Este projeto envolvia, em sua dimensão e importância para a cidade, a proposta de soluções abrangendo todo o sistema territorial fiorentino. «Amalassunta», projeto vencedor (equipe: E. Detti, M. Zoppi, P. Sica, G. Fanelli, M. Massa e outros) desenvolveu uma análise do Centro Histórico, nela incluindo aspectos tipológicos e funcionais de seu tecido urbano. Considerando o tradicional papel da Universidade no núcleo da cidade, este projeto ali compreendia a manutenção de parte de suas atividades, as quais, congregando-se à proposta de restituição de atividades residenciais, viriam a estimular uma revitalização cultural e funcional do Centro.

co de obras que, em bases de atenta análise histórico-crítica e no respeito aos elementos tipológicos, formais e estruturais do organismo ou do objeto de intervenção, consistam a conservação e, valorizando seus caracteres, tornem possível um uso compatível com suas características intrínsecas. Este tipo de intervenção prevê: a) o restauro de aspectos arquitetônicos, a reconstrução 'filológica' de partes do edifício eventualmente arruinadas ou demolidas; a conservação ou reativação do estabelecimento arquitetônico, distributivo ou organizacional original; a conservação ou reativação de espaços livres, incluindo-se aqueles ambientes internos aos edifícios, 'piazzali',

Estas diretrizes de implantação sugeriam, politicamente, uma retomada de propostas do PRG/62: aliviar a saturação do Centro Histórico e fomentar estruturas e equipamentos na periferia, pressupondo-lhes um encadeamento de ações em várias escalas (regional, comunal e local). Este projeto foi a última tentativa de se desenhar a cidade como um todo. Embora vencedor, não foi executado e a nova Universidade, a partir de 1989, foi construída segundo uma concepção arquitetônica totalmente diversa daquela proposta.

A revisão do PRG como um todo, embora tenha sido um argumento constantemente presente nesta década, deu lugar a uma política de sistemática adoção de variantes a ele condicionadas.

A partir da segunda metade dos anos setenta ocorreram realizações políticas significativas para Florença, frutos de uma administração cujo lema era 'gestão e participação'. Buscou-se estabelecer novos modos de diálogo com os cidadãos, visando-se sua participação em questões públicas, do Plano e do desenvolvimento da cidade. As propostas e escolhas seriam verificadas a partir de conselhos e assembleias de bairro, rumo à elaboração de um programa de gestão pública. Respalhada por lei nacional, procedeu-se, em 1976, à eleição direta de 'Conselhos Circunscricionais'. A cidade foi dividida em quatorze regiões, cujos Conselhos teriam atuação consultiva e deliberativa, assim como a gestão de alguns serviços sociais locais. No Centro Histórico, nesta época, foram providenciadas regulamentações de

hortos, jardins, claustros, espaços arborizados e/ou áreas verdes; b) consolidação estática, com substituição de partes não recuperáveis, sem modificar a posição ou a cota de elementos estruturais, tais como paredes portantes internas ou externas, vigas e arcos, escadas, teto, com recuperação do manto de cobertura original; c) eliminação de anexos posteriores e partes incongruentes à implantação original e às ampliações orgânicas do edifício; d) inserção de elementos tecnológicos e higiênico-sanitários essenciais, respeitando normas precedentes». *'Reestruturação edilícia'* refere-se às intervenções «voltadas para a transformação de organismos edilícios mediante um conjunto

tráfego em compatibilização com uma área crescente de uso exclusivo para pedestres.

No início da década de oitenta Florença contava com, aproximadamente, 470 mil habitantes. O turismo de massa desenvolvia-se crescentemente tendo registrado, em 1983, seis milhões de presenças (sendo 1/3 de italianos). Este turismo, contudo, não visava –e não visa até hoje– o patrimônio do Centro Histórico como um todo. Concentrava-se no eixo ligando 'Santa Maria Novella' –Duomo– 'Giardino di Boboli'.

As atividades deste turismo, e sua necessária infra-estrutura, contribuíram para o aumento da congestão do Centro. As funções comerciais nesta área foram condicionadas aos percursos privilegiados entre estes pontos focais mais valorizados. As áreas para pedestres, sendo ampliadas, visavam servir também à facilitação do deslocamento dos grupos deste turismo de massa.⁶ Os serviços de recepção se expandiram para atender as demandas do setor hoteleiro.⁷ As residências de caráter permanente foram sendo comprimidas e substituídas por residências de caráter temporário. O favorecimento da distribuição de serviços e o incremento dos polos hoteleiros nos pontos de acesso da cidade –destacando-se, dentre estes, a área da estação 'S. M. Novella'– foram agilizados neste período. Objeto de um processo de transformação –dinamizado pós-enchente– e que alterou radical e irreversivelmente sua composição tradicional. O Centro Histórico, nos anos oitenta, consolidou-se como o coração rico da cidade, símbolo de Florença contemporânea.

sistemático de obras que possam torná-los, no todo ou em suas partes, diversos de seus precedentes. Tais intervenções compreendem a modificação de prospectos, abertura ou fechamento de vãos, reativação ou substituição de elementos constitutivos do edifício, eliminação, modificação ou inserção de novos elementos ou equipamentos, incluindo-se balcões, terraços, modificações das características de distribuição de um ou mais alojamentos, sem aumento dos volumes e alturas pré-existentes».

6/ Atualmente as áreas para pedestres são delineadas, grosso modo,

No que se refere às diretrizes da política urbana neste período, uma junta de centro-esquerda eleita no início da década encaminhou propostas referentes a:

- revisão do PRG;
- realização de Planos Setoriais voltados para:
- melhorar a sistematização da Universidade no Centro Histórico
- incrementar equipamentos de comércio, turismo e atividades culturais;
- intervenções voltadas para a requalificação da imagem da cidade, com planos a curto e médio prazos. Nestes incluíam-se projetos coordenados de requalificação de bairros no Centro Histórico e também complexos de edifícios de propriedade pública fora do Centro. A 'cidade bela' tornou-se um objetivo político. Foram feitos estudos sobre a forma, volumes, cores e luzes na cidade.

Do ponto de vista administrativo, a experiência dos 'Conselhos de Quarteirão', iniciada nos anos setenta, sofreu certo enalhecimento. Arcando com o peso de uma inevitável burocratização –decorrente da descentralização do poder do 'Palazzo Vecchio'– as assembleias já não contavam com a afluência de público como nos seus

pela ligação entre as principais praças: S. M. Novella, Duomo, S. Croce, Palazzo Pitti, Piazza di Cestello'.

7/ 90% dos hotéis da cidade estão situados na área do Centro Histórico.

primeiros tempos. Cabe notar, contudo, que sua importância foi determinante em programas de serviços sociais. Na década de oitenta marcou-se, em termos gerais, uma melhora nos equipamentos urbanos e na imagem da cidade.

No âmbito do debate sobre questões urbanas os anos oitenta marcaram a modificação de algumas teses. Com a diminuição do crescimento populacional (1981: aprox. 470 mil habs.; 1991: aprox. 402 mil habs.), a defesa do sistema linear contínuo na planície –apontada no PRG/62 mas negada no processo real de urbanização da cidade– deu lugar aos projetos 'por partes'. Tendeu-se a abandonar o plano totalizante em prol de diretrizes voltadas para problemas e prazos delimitados. Esta abordagem recolocou o projeto urbano numa posição diversa daquela anterior, quando –em tese– seria acionado no âmbito dos planos particularizados, raramente executados.

No período do pós-guerra até o final da década de 1980 promoveram-se transformações territoriais sem controles gerais. O único plano aprovado e não efetivado –PRG/62– tornou-se uma referência pró-forma ao qual sucessivas alterações significavam discordâncias aprovadas caso a caso. Neste período o Centro Histórico assumiu um papel de mercadoria, enquanto lugar de destaque do turismo mundial. «A cidade passou a vender-se como 'città d'arte', promovendo uma sua deterioração cultural, coagindo-se a cristalizar suas características comerciais» (M. Massa).

OS ANOS NOVENTA

No início dos anos noventa Florença registrava uma população de 402 mil residentes, com tendência à diminuição e envelhecimento. São previstos 363 mil habitantes para o ano 2001. Sua região intercomunal configura-se numa área metropolitana abarcando Prato, Pistóia, Sesto, Campi e Scandicci, com cerca de um milhão de habitantes. Em 1990 promoveu-se uma nova divisão do território comunal em cinco circunscrições (em substituição às antigas quatorze), com cerca de 80 mil habitantes cada.

Antes da apresentação da proposta de um novo PRG, o governo da cidade encaminhou a 'Variante de Tutela dos Bens Culturais e Ambientais, de Adequação aos 'Standards' Urbanísticos e de Recuperação', a qual foi aprovada pelo Conselho Comunal em 1991. Dentre os motivos desta antecipação figurava a necessidade da continuidade de salvaguarda de áreas estabelecidas no plano em vigor (PRG/62), cujos prazos de vínculos de tutela quanto aos seus usos estavam em vias de serem expirados.

Dentre as propostas desta variante citam-se:

- descentramento de funções pesadas;
- potencialização do transporte público;
- programa de recuperação do Centro Histórico;
- programa de requalificação da periferia, contendo a formação de novos centros;
- tutela ambiental e paisagística das colinas e áreas de planície.

O Centro Histórico foi subdividido em 18 regiões de 'recupe-

ração sistemática' a serem consideradas individualmente no estabelecimento de disciplinas de intervenção e uso, de edifício por edifício, diferindo, sob este aspecto, em relação aos planos anteriores para este núcleo. Estas áreas comportam projetos de recuperação de rede tecnológica (subterrânea) e recuperação estática de construções individualizadas. O patrimônio arquitetônico urbano foi dividido em grupos, diferenciados quanto às permissões de intervenções:

- Centro Histórico e Centros Históricos Menores (da região);
- Edifícios e complexos de particular interesse histórico, artístico e documentário existentes nas zonas agrícolas;
- Tecido urbano realizado entre a segunda metade do séc. XIX e primeiras décadas do séc. XX;
- Núcleos recentes com particular interesse documentário, por motivo tipológico, arquitetônico ou de contexto no tecido urbano.

As atividades produtivas admissíveis no Centro Histórico são:

- a. atividades artesanais de serviço, compatíveis com a residência, não poluentes e não ruidosas;
- b. atividades comerciais, com exclusão dos supermercados e shopping centers;
- c. atividades turísticas, sendo proibido novos hotéis;
- d. atividades administrativas, conforme previsto no PRG vigente.

Os edifícios, complexos e obras urbanas de particular interesse histórico e artístico são discriminados individualmente. Esta Variante reafirma a problemática situação do

Centro Histórico, sujeito a um processo de exploração de suas rendas por décadas a fio, saturando-o de funções e comercializando-o num turismo que mitifica sua Arte e Arquitetura. Este processo tem correspondido a uma transformação dos edifícios, modificados em seus espaços e funções e mantidos no seu invólucro exterior.⁸

Dando continuidade às diretrizes previamente estabelecidas foi apresentado, em 1993, um novo PRG ao 'Conselho Comunal'. Neste, as intervenções referentes ao Centro Histórico seguem as diretrizes da Variante de 1992, mantendo-se a discriminação edifício por edifício.



Em síntese, são especificadas as possíveis intervenções edilícias para as seguintes categorias:

- edifícios tombados pela lei 1089 de 1939;
- edifícios de particular interesse documental e ambiental

8/ Nos últimos dez anos— como uma ordem de grandeza dos valores imobiliários no Centro— cabe apontar que o metro quadrado de um apartamento tem variado de 2 mil dólares (em condição regular) a 4 mil dólares (quando reestruturado). Concomitantemente a estes altos preços ocorre, nesta região, uma diminuição dos domicílios disponíveis aos italianos residentes, como contra-resposta a uma política de habitação de proteção ao inquilinato —'Lei do Equo Canone'— que tutela prazos e preços de aluguéis. Há preferência por residentes temporários (estudantes, estrangeiros, extra-comunitários), com os quais são firmados contratos mais caros e por menores prazos em relação

que constituem, em grande escala, o tecido histórico;

- jardins e áreas livres de interesse histórico-artístico tombados pela lei 1089/1939;
- edifícios tipologicamente relevantes, tidos como 'pontos nodais' dos tecidos históricos e consolidados da cidade;
- edifícios realizados em época sucessiva à da formação de seu tecido edilício e compatíveis com este;
- edifícios realizados em época sucessiva à da formação de seu tecido edilício e incompatíveis com este;
- edifícios e complexos de quarteirão com particular interesse tipológico e documental.

Esta disciplina tem sido criticada quanto ao seu método de controle de transformações para o Centro Histórico, por não definir precisamente a relação entre os tipos edilícios individualizados e os usos a estes compatíveis. A discussão pública decorrente desta oposição acabou por suspender esta disciplina. Deverá ser retomada em Variante a ser aprovada dois anos após a adoção do novo plano, por volta de 1997, conforme andamento de seu trâmite burocrático e político.

O início da cisão entre centro e periferia, disparada a partir de 'Florença capital',⁹ assinalou, ao mesmo tempo, os

àqueles que, por lei, seriam destinados a residentes permanentes. Há dois anos promoveram-se alterações desta legislação procurando-se reativar o livre-mercado de modo a inverter esta tendência.

9/ Dentre as mudanças mais significativas de Florença ocorridas no século XIX destaca-se sua promoção à capital do Reino da Itália, ocorrida em 1864. Praticamente imóvel desde o século XVI, a adequação da cidade às novas funções administrativas provocou-lhe profundas transformações. A efetivação de um plano para a cidade foi facilitado, em termos legais, por uma então recente lei sobre expro-

primórdios da categorização como 'Centro Histórico' para a antiga área intra-muros da cidade, e sua subsequente 'problematização'. Esta área passou a ser considerada como o núcleo representando a identidade da cidade, sendo portadora de seu estratificado lastro de memória e contrastante, nestes termos, com a produção de sua região de entorno. O cuidado com sua salvaguarda, inicialmente voltada para monumentos isolados, passou àquela contextual, do 'tecido histórico', visando-se garantir sua integridade física. Objeto de um enfoque analítico, este núcleo foi dissecado em sua tipologia, desenvolvida para seus edifícios, ruas, praças, jardins, assim como para técnicas, estruturas e materiais construtivos. Foram estabelecidos critérios de intervenção para tais tipos, objetivando-se, em tese, calibrar sua preservação e os usos destes espaços, de modo que fossem compatíveis com sua estruturação histórica.

O Centro Histórico, atualmente, é tencionado, por um lado, pela salvaguarda de sua paisagem urbana e, por outro, pela



70

priação de bens privados e eclesiásticos, se considerados de 'utilidade pública'. Foram promovidas reformas em várias edificações para fins de uso do governo, inserção de novos bairros, alargamento de ruas e intervenções em praças. Os muros da cidade foram abatidos e em seu traçado foram criadas grandes avenidas ligando a cidade antiga à nova expansão. Com a queda dos muros iniciou-se a distinção entre centro e periferia. Segundo Fanelli, «o fato mais relevante do plano é a evidente concepção da expansão urbana como tabuleiro indiferenciado e puramente residencial e, assim, como 'periferia'». In: *Firenze*.

erosão desta. Esta erosão é motivada por um processo econômico que o comodifica, provocando-lhe descaracterização cultural, desgaste social e especulação do valor de seu solo urbano e de seu capital artístico e simbólico.

Esta diretriz atual da cidade, voltada predominantemente para o turismo de massa promovido em relação ao seu patrimônio histórico, faz-se ressentir na escassez de investimentos em suas expressões artísticas contemporâneas. Tal desinteresse é uma opção econômico-cultural. Na década de 1980, Florença foi classificada dentre as cidades toscanas de menor investimento em atividades e produções culturais (em relação ao seu número de habitantes e à massa global do balanço dos entes públicos).¹⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste período do pós-guerra acentuou-se para Florença a cisão entre 'città d'arte' e 'cidade contemporânea'. Novas formas de lucro associaram-se à sua impostação como 'città d'arte' na ordem do consumo. Internamente à 'città d'arte', promoveu-se ainda um segundo nível de cesura, em torno de seu núcleo arquitetônico de maior prestígio. Configurado num grande eixo urbano, as áreas nele envolvidas são hoje, *locais de passagem*, com alta rotatividade. A cidade contemporânea tem potencializado o desfrute da sua excepcional dotação artístico-cultural como sendo um patrimônio rentável e, embora vulnerável, tratado como sendo praticamente inesgotável. Afetando esta vulnerabilidade, para além

10/ Eva Buiatti. "La città disumana". In: *La città, il tempo, il lavoro. Per una critica del caso Firenze*.

dos problemas de restauro, segurança e afins, cabe aqui mencionar a catástrofe de 1966. E até a presente data, com os trabalhos executados no rio –nos quais inclui-se o seu monitoramento de níveis em toda sua extensão– pode-se prever uma nova enchente, mas não evitá-la. Sem aqui elocubrar sobre a dimensão sócio-econômica desta possibilidade (sentido em que a última enchente é considerada, ironicamente, um *divisor de águas* na instauração desta dinâmica de Florença contemporânea), do ponto de vista do seu patrimônio artístico é elucidativo apontar que em Florença estima-se que apenas 10% das obras de arte catalogadas estão expostas ao público, estando o restante em seus depósitos.

A flexibilização econômica promovida em Florença após 1966 marca a implacável mudança do papel do Centro Histórico como um posto privilegiado na estratégia de acumulação de capital da cidade. As decisões de política urbana apontadas neste estudo –as quais, como visto, implicam num certo nível de desvalorização cultural deste patrimônio arquitetônico-artístico– apresentam sua coerência enquanto táticas convergindo para o sucesso desta empresa.

BIBLIOGRAFÍA

BECCASTINI, Stefano y CECCHI, Renato (1990)
La città, il tempo, il lavoro. Per una critica del caso Firenze.
Firenze, Tosca.

BOGGIANO, A.; FORESI, R.; SICA, P.; ZOPPI, M. (1982)
Firenze: la questione urbanistica. Scritti e contributi 1945 - 1975.
Firenze, Sansoni.

CARNIANI, Mario y PAOLETTI, Paolo (1992)
Firenze Guerra & Alluvione.
Firenze, Becocci.

CERVELLATI, Pier Luigi (1991).
La città bella. Il ricupero dell'ambiente urbano. Bologna: Il Mulino.

CLEMENTE, Carlo; INNOCENTI, Raimondo, orgs.(1994)
La formazione del nuovo piano di Firenze. Milano: Franco Angeli.

COLI, Mary; GIOVANNINI, Paolo (1984)
L'espansione della città. Il caso di Firenze dopo l'ottocento: i viali.
Firenze, Alinea.

COMUNE DI FIRENZE ASSESSORATO ALL'URBANISTICA

- Piano Regolatore Generale 1993.

- Variante Generale al PRG 1962. Norme Tecniche di Attuazione.

- Piano Regolatore Generale PRG'92

a. Quaderno N.1: Variante di Tutela dei Beni Culturali e Ambientali di Adeguamento degli Standards e di Ricupero

b. Quaderno N.2: Piano di Edilizia Economica e Popolare'91

c. Quaderno N.3: I Contenuti Essenziali

- Seminario: *Firenze città d'arte e città contemporanea - economia e sviluppo.* 26-27 gennaio de 1990.

FANELLI, Giovanni (1973)
Firenze Architettura e Città.
Firenze, Vallecchi.

_____ (1993)
Firenze. Coleção: 'Le città nella
storia d'Italia'. Roma: Laterza.

LOMBARDI, Franco (1992)
*Città storiche urbanistica e
turismo. Venezia e Firenze*.
Firenze, Mercury.

MARIOTTI, Mario (1993)
Politico di San Giovanni. Firenze,
Artificio.

_____ (1990)
Arnò 89. San Gimignano, Nidiaci.

_____ (1981)
Piazza di S. Spirito. Firenze:
Fratelli Alinari.

MASSA, Marco (1988)
*Firenze. Grandi Progetti e Politica
Urbanistica*. Milano: Franco
Angeli.

PAESAGGIO URBANO. N. 2'93,
março-abril. Bologna, Maggiore.

PALMA, Giuseppe (1986)
*L'intervento dello Stato nel settore
artistico: analisi della situazione
italiana dal 1945 al 1982*. Torino:
G. Giappichelli.

PAPAFAVA, Francesco (1993)
*Introduzione al nuovo piano
regolatore*. Firenze, Papafava.

REGIONE TOSCANA. GIUNTA
REGIONALE. DIPARTIMENTO
DELL'ASSETTO DEL TERRITO-
RIO (1974)
I Centri Storici. Atti del I Incontro
regionale. Firenze, 8 de junho.

RICCI, Renzo (1979)
*I prezzi delle aree edificabili a
Firenze*. Firenze: Le Monnier.
ROMBY, Giuseppina. C.; MICALI,
Anna Fantozzi y ROSELLI, Piero.
Firenze tra passato e futuro.
Quale centro storico? (cópia -
Università degli Studi di Firenze -
Biblioteca del Dipartimento di
Urbanistica).

SERRA, Joselita Raspi, org.
(1990)
Il concetto di centro storico.
Milano: Angelo Guerini.

SORRENTINO, Carlo (1990)
*Firenze: Futuro passato. Eteroge-
neità sociale e processo politico
dal dopoguerra ad oggi*. Firenze:
Il Campo.

ISTITUTO DI RICERCA TERRITO-
RIALE E URBANA. ISTITUTO DI
URBANISTICA. UNIVERSITÀ
DEGLI STUDI DI FIRENZE.
(1987)
*Firenze: politica urbanistica e
grandi progetti*. Atti del Semina-
rio, 2-3 de abril.

L'URBANISTICA, n. 39, outubro
de 1963. Roma Istituto Nazionale
di Urbanistica.

VENUTI, Giuseppe Campos;
COSTA, Pier Luigi; PIAZZA,
Luciano y REALI, Odoardo, orgs.
(1985)
*Firenze. Per una urbanistica della
qualità*. Venezia, Marsilio.

VENUTI, Giuseppe Campos y
OLIVA, Federico (1993)
*Cinquant'anni di urbanistica in
Italia 1942-1992*. Roma: Laterza.

ZOPPI, Mariela (1982)
*Firenze e l'urbanistica: la ricerca
del piano*. Roma: Edizione delle
Autonomie.